



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

B-2

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2013

JORNAL DA CIDADE

# Promotoria de Saúde ajuíza ação contra Estado e FHS

## Objetivo é acabar com superlotação na Maternidade 'Lourdinha'

Gilmara Costa  
DA EQUIPE JC

A Promotoria de Justiça dos Direitos à Saúde, cuja titularidade é da promotora Euza Missano, ajuizou ontem, 7, Ação Civil Pública com pedido de liminar em face do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde de Sergipe (FHS) com o objetivo de solucionar os problemas de superlotação da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Na ação, o Ministério Público requer a regularização da escala médica de obstetras no prazo de 30 dias; o abastecimento de medicamentos, insumos e equipamentos imprescindíveis ao atendimento de pacientes na unidade de alta complexidade e a regulação médica das gestantes no prazo de 60 dias.

De acordo com a promotora Euza Missano, a proposta da ação visa solucionar a questão da alta demanda da maternidade que, embora de alta complexidade, atende a gestantes de baixo e médio risco, assim como promover o fornecimento contínuo de medicamentos necessários às pacientes. "Além do pedido

de regulação por parte do Estado, também é preciso que a maternidade tenha uma triagem para a classificação de risco, permanecendo na unidade aqueles casos de alta complexidade, que é a especialidade da maternidade", afirma.

Segundo ela, na audiência pública realizada no último dia 5, o Conselho Regional de Medicina apresentou dados que constata a alta mortalidade materna no Estado. "De acordo com o Data SUS, Sergipe lidera a mortalidade materna. Isso é consequência dos problemas existentes na assistência. Em razão disso, foi ajuizada a ação para que o atendimento na unidade seja regularizado, assim como o abastecimento de medicamentos, cuja falta é recorrente", destaca.

Entre os materiais requeridos na ACP, de uso imprescindível no atendimento de neonatos graves e parturientes, estão o Sonar, cardiocógrafa, kit Amiu, amniótico, amnioscópio, em quantidade compatível com a demanda. Ainda segundo a ação, no prazo máximo de 15 dias, deverão ser disponibilizados medicamentos de

rotina e antibióticos, bem como materiais de uso regular, como luvas, máscaras, sondas, materiais cirúrgicos, indispensáveis para assistência em maternidade de alto risco, mantendo a regularidade no abastecimento da farmácia e dispensação necessária, compatível com a demanda real da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes.

Em resposta, a assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que gestores da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL), da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e médicos obstetras que atuam na unidade, reuniram-se na manhã de ontem com a categoria para concluir o processo de negociação e avanço nas escalas. "Ouvimos as necessidades e entramos em consenso. Discutimos a composição das escalas, o aprimoramento das condições de trabalho, a remuneração de acordo com as horas trabalhadas. Os profissionais concordaram em dar continuidade às atividades sem comprometer a assistência às gestantes e parturientes de alto risco", afirmou o diretor

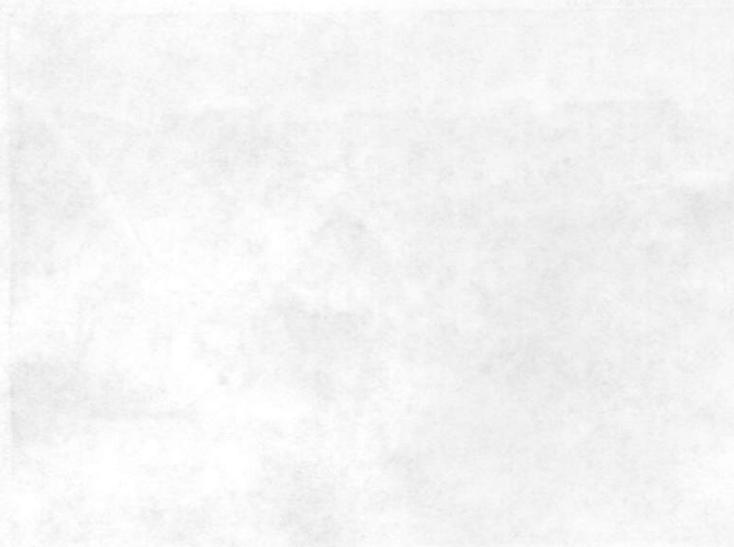
operacional da FHS, Wagner Andrade. Na ocasião, também foi discutida a questão do atendimento às pacientes já reguladas e encaminhadas de outras unidades de saúde, medida essa que visa diminuir a superlotação e alta demanda de pacientes de baixo risco na MNSL, que é referência em casos de alta complexidade.

A assessoria informou ainda que, apesar de ser destinada apenas para atender a este público específico, em média 50% dos atendimentos na MNSL ainda são classificados como de baixo risco, o que sobrecarrega a unidade. Dos quase 13 partos realizados diariamente na MNSL, seis não deveriam ser feitos no local. Nos primeiros seis meses de 2013, a Maternidade registrou mais de sete mil atendimentos. Desses, 4.930 partos foram classificados como de baixa complexidade: janeiro (622), fevereiro (852), março (852), abril (751), maio (986) e junho (867). Desse total, 3.375 foram pacientes atendidas, classificadas como de baixa complexidade, que não necessitavam de internamento ou foram encaminhadas para o exame pré-natal.



ESTADO DE SERGIPE  
PR. CLAUDIA BRAGA DE JUS  
COORDENADORA DE COMERCIO  
RECORTE DE JORNAL

# CIDADANES



## Matança de aluguel sergipano é preso

O...

...

...

## Atalaia

...